



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 13ª (DÉCIMA TERCEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 3ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 17 (*dezessete*) dias do mês de setembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 13h 30min. (*treze horas e trinta minutos*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 13ª (*décima terceira*) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, Lúcio Flávio Alves, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira e Ricardo Ferreira Valente Filho. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente comunicou aos demais membros da Câmara a disponibilização para aprovação, da Resolução referente ao Proc. 1/4104/2017 – Relator: Lúcio Flávio Alves. Em seguida, passou à **ORDEM DIA**, anunciando os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/628/2018 – Auto de Infração: 1/201720033. Recorrente: STARPET RECICLAGENS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e **em referência ao pedido pela aplicação de juros sobre a penalidade somente a partir da lavratura do auto de infração** - Foi afastado por unanimidade de votos, considerando que o fato gerador da sanção ocorre a partir de seu descumprimento e neste momento começam a fluir os juros, conforme estabelecido na legislação tributária. Ademais, a aplicação de acréscimos ao lançamento ocorre à parte do processo, de forma automatizada e segundo critérios também estabelecidos na legislação estadual. O Conselheiro Mikael Pinheiro de Oliveira manifestou-se no sentido de rejeitar o pedido da parte, por entender que se trata de matéria constitucional, que não se inclui na competência do Conat, conforme art. 48, 2º, da Lei nº 15.614/2014. No mérito, por maioria de votos, a 3ª Câmara resolve dar provimento em parte ao recurso interposto, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e julgar **parcialmente procedente** o feito fiscal, aplicando a penalidade do art. 123, VIII, “L” da Lei nº 12.670/96, com a redação dada pela Lei nº 16.258/2017, nos termos do primeiro voto divergente e vencedor proferido pelo Conselheiro Alexandre Mendes de Sousa, que ficou designado para lavrar a Resolução. Vencido o voto da Conselheira Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, relatora originária, que se pronunciou pela procedência da autuação. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator designado e em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Estiveram presentes para sustentação oral, os representantes legais da Recorrente, Dr. Rodrigo Portela e Dr. André Arrais. **Processo de Recurso nº 1/1880/2018 – Auto de Infração: 1/201803310. Recorrente: X COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância.**

cia. Relator: CONSELHEIRO FELIPE AUGUSTO ARAÚJO MUNIZ. Decisão: A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e com **relação às preliminares de nulidades suscitadas em sede recursal, por ausência de requisitos formais: extrapolação do prazo para conclusão da fiscalização; ausência do motivo da autuação no Termo de Conclusão de Fiscalização; ausência dos dispositivos infringidos, da base de cálculo e da alíquota aplicável; ausência da assinatura do supervisor nos documentos anexos; alegação de que os documentos fiscais não foram mencionados na Informação Complementar nem anexados ao Auto de Infração; ausência de comprovação do ilícito; ausência de prejuízo ao Fisco; e cerceamento do direito de defesa sob o argumento de descrição lacônica da infração** – a 3ª Câmara resolve afastá-las, por unanimidade de votos, considerando inexistentes as hipóteses de nulidade arguidas pela recorrente, uma vez que nenhum dos pressupostos apresentados se configuram nos autos, tendo em vista que o autuante fez a exposição dos fatos de modo a permitir a ilação da infração ocorrida e, consequentemente, a sua defesa. **Quanto ao pedido de reenquadramento da penalidade** para o art. 123, VIII, “d”, da Lei nº 12.670/96 - foi afastado por unanimidade de votos, considerando que para a infração em análise há penalidade específica. **No mérito**, por maioria de votos, resolve dar parcial provimento ao recurso interposto, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e julgar **parcialmente procedente** o feito fiscal, aplicando a penalidade do art. 123, VIII, “L” da Lei nº 12.670/96, com as alterações da Lei nº 16.258/2017. Vencido o voto da Conselheira Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, que se pronunciou pela procedência da autuação, conforme o julgamento singular e a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em desacordo com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado no que se refere ao mérito. **Processo de Recurso nº 1/1881/2018 – Auto de Infração: 1/201803316. Recorrente: X COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO LÚCIO FLÁVIO ALVES. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e **relação às preliminares de nulidades suscitadas em sede recursal, por ausência de requisitos formais: extrapolação do prazo para conclusão da fiscalização; ausência do motivo da autuação no Termo de Conclusão de Fiscalização; ausência dos dispositivos infringidos, da base de cálculo e da alíquota aplicável; ausência da assinatura do supervisor nos documentos anexos; alegação de que os documentos fiscais não foram mencionados na Informação Complementar nem anexados ao Auto de Infração; ausência de comprovação do ilícito; ausência de prejuízo ao Fisco; cerceamento do direito de defesa sob o argumento de descrição lacônica da infração; ocorrência de erros crassos que levam ao cerceamento do direito de defesa e ausência de discriminação mensal do débito** – a 3ª Câmara resolve afastá-las, por unanimidade de votos, considerando inexistentes as hipóteses de nulidade arguidas pela recorrente, uma vez que nenhum dos pressupostos apresentados se configuram nos autos, uma vez que o autuante fez a exposição dos fatos de modo a permitir a ilação da infração ocorrida e, consequentemente, a sua defesa. **Com relação ao pedido de perícia formulado pela parte** – Foi afastado por unanimidade de votos, com fundamento no art. 97, incisos I e II da Lei nº 15.614/2014. **Quanto ao pedido de reenquadramento da penalidade** para o art. 123, VIII, “d”, da Lei nº 12.670/96 e, alternativamente pela cominação da sanção prevista no art. 126, parágrafo único, da Lei nº 12.670/96 - foi afastado por unanimidade de votos, considerando que para a infração em análise há penalidade específica e o art. 126, parágrafo único, não é aplicável ao caso concreto. **No mérito**, por unanimidade de votos, resolve negar ao recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, conforme o julgamento singular, contudo, aplicando a penalidade do art. 123, III, “b”, combinado com o art. 126, da Lei nº 12.670/96. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado em sessão pelo representante da Procuradoria Geral do Estado no que se refere ao mérito. **Processo de Recurso nº 1/799/2018 – Auto de Infração:**

1/201800141. Recorrente: FARMAFÓRMULA LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO ALEXANDRE MENDES DE SOUSA. Decisão: A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, e afastar as preliminares de nulidade nele suscitadas, adotando os fundamentos expostos no Parecer da Assessoria Processual Tributária. **No mérito**, também por unanimidade de votos, resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 18 de setembro do corrente ano, às 13h30min. (*treze horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco **Wellington** Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA